



**Modernizações e conflitos territoriais:
as ações do Estado capitalista em Alcântara – MA**

**Modernización y conflictos territoriales:
acciones del Estado capitalista en Alcântara – MA**

Vanderson Viana Rodrigues * 

Resumo

Os conflitos territoriais decorrentes da dinâmica da modernização capitalista no campo brasileiro são analisados neste artigo por meio de um conjunto de autores que ressaltam a crítica da geografia. Neste caminho, a escrita e as análises têm norte na dualidade a qual buscamos a compreensão por meio do materialismo histórico dialético. Assim, o objetivo central do trabalho foi analisar os processos modernizadores entrelaçados aos interesses do estado capitalista na instalação do Centro de Lançamento de Alcântara, ressaltando as ocorrências de conflitos territoriais envoltos nas relações desiguais no processo de verticalização dos interesses do capital sobre os territórios locais, pois a violência dos agentes públicos atuantes no território, nas diferentes escalas, são evidenciados nos registros dos conflitos, assim como a seletividade do Estado na elaboração das políticas territoriais e sociais, que continuamente dilacera a cidadania no campo e aceleram as conflitualidades territoriais entre os diferentes atores.

Palavras-chave: Geografia; modernização; mazelas; Centro de Lançamento de Alcântara.

Resumen

Los conflictos territoriales derivados de las dinámicas de modernización conservadora y capitalista en el campo brasileño son analizados en este artículo a través de un grupo de autores que enfatizan la crítica de la geografía, de esta manera la escritura y los análisis se guían por la dualidad que buscamos entender a través del materialismo histórico dialéctico. Así, el objetivo central del trabajo fue analizar los procesos de modernización entrelazados con los intereses del estado capitalista en la instalación del Centro de Lanzamiento de Alcântara, destacando las ocurrencias de conflictos territoriales involucrados en las relaciones desiguales en el proceso de verticalización de los intereses del capital sobre los territorios locales. Pues la violencia de los agentes públicos que actúan en el territorio a diferentes escalas, se evidencian en los registros de conflictos, así

* Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Geociências (IG). Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO). E-mail: vanderson2016rodrigues@gmail.com

como la selectividad del Estado en la elaboración de políticas territoriales y sociales, lo que lacera continuamente a la ciudadanía en el campo y acelera los conflictos territoriales. entre diferentes actores.

Palabras clave: Geografía; modernización; mazelas; Centro de Lanzamiento de Alcântara.

Introdução

A questão agrária e os conflitos socioterritoriais representam, atualmente, um vasto campo de pesquisa exploradas e debatidas em todas as áreas de conhecimento. É, sem dúvidas, uma das problemáticas brasileiras mais sérias que tem seu início quando da colonização de nosso país pelos europeus, posto que as questões centrais em relação ao (des)envolvimento, exploração, povoamento estão intimamente ligados à forma como se deu a ocupação do espaço agrário brasileiro.

O debate a respeito da questão agrária contém antigos e novos elementos que têm como referências: as formas de resistência dos trabalhadores na luta pela terra e a implantação de assentamentos rurais simultaneamente à intensificação da concentração fundiária. No centro desse debate, desdobra-se uma disputa política por diferentes projetos de desenvolvimento do campo (Fernandes, 2013, p. 116).

Nos últimos anos, a sociedade brasileira presenciou uma reestruturação das políticas públicas e dos cenários sociais do país, um sucateamento extensivo dos direitos outrora conquistados e um verdadeiro massacre no campo, cenário que acunha pelas ideias neoliberais para o Estado e que levaram a ações e toma das decisões por parte dos povos, comunidades tradicionais e movimentos socioterritoriais do campo, haja vista que os processos políticos vivenciados no país aprofundaram a hegemonia do latifúndio político, econômico e oligárquico, que durante séculos ao longo da história do Brasil foi intocado.

A assunção dos ideais neoliberais pelo Estado capitalista reflete na sua capacidade de gerenciamento da máquina pública, principalmente no que concerne à gestão das políticas sociais, sendo o Estado neoliberal baseado na mera “execução” de ações mínimas, fragmentadas e focalizadas na atenção às necessidades sociais denunciadas e pelos movimentos populares e pela classe trabalhadora (Menezes, 2023. p. 37).

Neste sentido, nosso trabalho versa sobre a realidade do município de Alcântara no Estado do Maranhão onde a cidade guarda em seus casarões e arquitetura as marcas de uma boemia e das vivências de outrora da nobreza portuguesa pela cidade, que nos séculos passados manteve produtivas plantações de algodão e engenhos de açúcar. Esse

passado de pompas ficou para trás com a decadência econômica no século XIX, com conseqüente “abandono de fazendas e engenhos pelos seus proprietários, transformando o território de Alcântara nas “Terras de Preto” (Braga, 2011, p. 20), peripécia este que se deu pelo fato de a maioria de seus habitantes ser formada por negros adquiridos como escravos e esquecidos pelo Estado. Os vislumbres desse tempo imperial permaneceram ratificados por ato do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1948, com o título de Cidade Monumento Nacional.

O município integra a Região Metropolitana da capital - São Luís. A luta por território em Alcântara é considerada um dos casos mais representativos da causa quilombola no Brasil. Seu destaque se deve não apenas ao tamanho da área titulada, mas principalmente à ancestralidade da ocupação territorial, às marcas, culturas e peculiaridades do povo alcantareense, que remonta ao século XVIII, e ao antagonismo com relação a interesses da União, mais especificamente da Aeronáutica e do Programa Espacial Brasileiro por meio da criação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Ao longo de quase uma década o CLA tornou-se realidade, e passou a ser considerado, técnica e cientificamente, o maior salto tecnológico da área espacial, capaz de elevar o Brasil às mais altas posições entre os países detentores de tal desenvolvimento tecnológico. O complexo espacial militar de infraestrutura de lançamento de foguetes, seria mais um dos megaprojetos construídos neste País se não fosse a sua localização em um lugar peculiar, o município de Alcântara, que alberga um importante contingente populacional diferenciado do ponto de vista sociocultural (Braga, 2011, p. 18).

Neste território vivem 110 comunidades quilombolas (INCRA, 2008), as quais, segundo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo de Alcântara (Brasil, 2004), tem o direito à terra e à manutenção de sua forma de vivência, “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 2004).

Apesar disto, tais famílias vivem confinadas e sob constante ameaça de perda do direito e novas expulsões de seus territórios em virtude da ampliação do complexo técnico do CLA. “As contradições capitalistas renovam-se continuamente, tanto quanto as necessidades humanas. Contudo, as possibilidades de transformação histórica requerem o entendimento das relações determinadas pelo atual modo de produção” (Motta, 2008, p. 212).

O Centro de Lançamento foi criado pelo decreto nº 88.136, de 1º de março de 1983, ainda durante o período dos governos militares, e impunha um conjunto de redefinições

de uso do território em Alcântara, com mandos de cunho técnico capitalista e compondo um arcabouço de modernizações (Brasil, 1983). Assim, “o capitalismo abre as fronteiras econômicas e reprime as forças sociais contrárias” (Motta, 2008, p. 211), sendo exatamente esse o processo de instalação da instalação do CLA sob as comunidades locais.

Contudo, com a promulgação da Carta Magna, em 1988, obrigou o Estado a assumir nova postura frente à questão agrária de Alcântara em relação as terras de quilombo e o CLA. Em consequência desse ato, foi demarcado o Território Único de Alcântara (INCRA, 2008), um território étnico quilombola que cobre cerca de 70% da extensão territorial do município.

O território aqui compreendido com descrito por Santos (2011),

[...] não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquele que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e de exercício da vida” (Santos, 2011, p. 14).

Os distintos interesses pelo uso do território são marcados pelos agentes envolvidos, pois dá-se de forma desigual, principalmente no tocante as condições dialéticas, onde de um lado temos as comunidades quilombolas de Alcântara que concebem o território como abrigo (Santos *et al.*, 2000, p. 12) e manutenção da vida e das tradições, sendo o território um lugar multiverso e com um emaranhado de correlações e sistemas de ações e objetos naturais e artificiais:

Es un lugar de variada escala - micro, meso, macro - donde actores - públicos, privados, ciudadanos, otros - ponen en marcha procesos complejos de interacción -complementaria, contradictoria, conflictiva, cooperativa - entre sistemas de acciones y sistemas de objetos, constituidos éstos por un sinnúmero de técnicas - híbridos naturales y artificiales - e identificables según instancias de un proceso de organización territorial en particulares acontecimientos - en tiempo- espacio - y con diversos grados de inserción local-meso global. El territorio se redefine siempre (Bozzano, 2017, p. 102).

As relações sociais intrincadas ao território, a dinâmica capitalista acelerada no campo e as sobreposições, onde de um lado temos as comunidades quilombolas e do outro o Estado brasileiro – o capital, formam a dialética deste estudo, pois para subsidiar a escrita desse artigo e as análises dessa dualidade utilizamos como método o materialismo histórico e dialético, uma vez que “compreende a história num movimento de luta entre contrários, entre opostos” (Rossi, 2014, p. 253).

O materialismo histórico e dialético trabalha, isso sim, com sucessivas e interpenetantes procedimentos de abstração e concreção. Isso é, caminha de experiências para o abstrato (identificando e isolando problemas), e deste ascende para o concreto (para inserção dos problemas tratados em processos mais amplos). A este segundo momento do processo cognitivo denomina-se totalização, que se constitui na elaboração do conjunto de mediações explicativas do problema tratado, iniciando aí as determinações apreendidas e exaurindo-o em suas manifestações históricas (Morais: Costa, 1987, p.47–78).

Tendo em vista que a dialética é a “teoria das leis gerais do movimento, do desenvolvimento do mundo e do conhecimento humano, a filosofia dialética pode ser definida como modelo mental dos processos de modificação e desenvolvimento do mundo” (Souza, 2011, p. 5), ou seja, a complexidade das relações e o conjunto de conflitos nas diferentes escalas acarretados pela dinâmica das relações entre os distintos interesses do uso e manutenção do território alcantareense.

Assim, é por este conjunto de relações, sentidos e multi-informações que apresentamos como objetivo do artigo: analisar os processos modernizadores entrelaçados aos interesses do estado capitalista na instalação do Centro de Lançamento de Alcântara, ressaltando as ocorrências de conflitos territoriais envoltos as relações desiguais no processo de verticalização dos interesses do capital sob os territórios locais, pois “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência” (Marx, 1996, p. 47).

Assim, traçamos como metodologia da pesquisa “O caminho do pensamento e a pratica exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas” (Minayo, 2002, p. 16). A abordagem da presente temática foi realizada por meio de pesquisa bibliográfico em busca de dados secundários, realizada em livros, periódicos, anais de eventos e projetos, anuários e outros documentos elaborados pelo poder público e as sociedades civis (Marconi; Lakatos, 2003).

Buscamos responder um questionamento por meio desse artigo: a questão agrária de como se dá a reprodução do capital e sua estrutura de projeto modernizador sob os sujeitos históricos e de classe social, num contexto de expropriação e conflitos efetivados pela dinâmica de estruturação do CLA, a sua expansão como (des)envolvimento capitalista no espaço agrário de Alcântara, tendo em vista que este trabalho é cunhado na geografia

crítica, sendo a “geografia, dialética, desvendadora do papel da ciência na sociedade burguesa, melhor diríamos, no âmbito do capitalismo” (Bombardi, 2007, p. 318).

Centro de Lançamento de Alcântara: projeto capitalista de modernização territorial

A questão agrária e o conjunto dos conflitos socioterritoriais, em diversas escalas, no município de Alcântara, no Maranhão, se reestruturaram ao longo dos últimos vinte anos, haja vista os impactos ocasionados pela readequação e concessão do CLA, empreendimento criado por meio do Decreto federal nº 88.136 de 1º de março de 1983, sendo uma organização militar da Força Aérea Brasileira (FAB) subordinada ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), organização militar ligada ao comando da Aeronáutica e localizada em São José dos campos, região do vale do Paraíba no interior de São Paulo (Brasil, 2016).

Esse processo modernizador que invade os territórios tradicionais é descrito em Santos (1996) através dos aparatos do capital, os quais modifica os territórios e os transformam “num espaço nacional de economia internacional”.

Agora, os atores hegemônicos, armados com uma informação adequada, servem-se de todas as redes e se utilizam de todos os territórios. Eles preferem o espaço reticular, mas sua influência alcança também os espaços banais mais escondidos.

Eis por que os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional (Santos, 1996, p. 163).

Segundo informações do *site*¹ do CLA, em 1991 o Governo Federal “declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, cerca de 620 km² da porção setentrional do município de Alcântara, necessária à implantação das áreas operacionais e de apoio logístico, assim como para efetuar o remanejamento local das famílias habitantes na região a ser desocupada” (Brasil, 2023). O reflexo desse processo é que “a noção de territorialidade é posta em xeque e não falta quem fale em desterritorialização” (Santos, 2006, p. 163).

As ações de implementação dos sistemas técnicos ligados a modernização territorial por meio do Centro de lançamento são compreendidas como verticalidades, ou seja, “são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores

¹ <https://cla.dcta.mil.br/index.php/implantacao>

hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado” (Santos, 2006, p. 193). Melhor dizendo, é como uma seta que se finca em um território tradicional visando modificá-lo conforme os interesses do sistema capitalista. Por outro lado, carrega a mão invisível dos interesses de um grupo hegemônico, financeirizado, que se utiliza do Estado para redefinir os usos territoriais conforme suas intencionalidades.

Contudo, essa imposição encontra resistências, as horizontalidades, que conforme Santos (2006, p. 193) “são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada”. Em Alcântara, são as 110 comunidades que, tendo o território como seu principal meio de vida e sobrevivência, enfrentam o Estado e as horizontalidades do capital sob suas vivências. São as famílias que o Estado encobre os olhos e as sobrepõem com seu complexo técnico. “Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta” (Santos, 2006, p. 193).

O complexo técnico instalado com a base em Alcântara engole os territórios e é visto pelo Estado apenas com fim econômico. São verticalidades modernistas representadas cartograficamente (Figuras 1 e 2) por Andrade *et al.* (2018, p. 40-41) com base nos dados do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)², elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que mostra a sobreposição das áreas quilombolas pelo CLA, em destaque a nova incorporação territorial ainda maior que a primeira.

Importante destacar que a área atual (Figuras 3 e 4) composta um conjunto técnico, já impacta o território tradicional e já sobrepôs uma zona tradicional das comunidades além de comprometer vasta extensão do litoral utilizado pelos camponeses³ para pesca e coleta de mariscos.

² Entretanto, cabe destacar que o RTID não chegou a ser publicado como portaria do Incra, já que seu andamento foi suspenso e aguarda o desfecho de processo arbitral entre o MD – que interpôs recurso ao relatório – e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O litígio encontra-se na Câmara de Conciliação da Administração Pública, da Advocacia-Geral da União (AGU), e somente após sua solução o referido RTID poderá ser aprovado por meio de portaria e, caso isso ocorra, adquirir força de lei (Andrade *et al.* 2018, p. 39).

³ O conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar. Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo (Marques, 2008, p.58).

A questão central destacada nas imagens é a tomada de uma nova área, o que envolve o reassentamento de quilombolas de uma extensão de 12.645 hectares, tendo em vista que já houve uma remoção de comunidades de um perímetro de 8.713 hectares (atuais extensão do CLA).

Figura 1 - Área de abrangência das comunidades quilombolas, delimitada pelo RTID do INCRA



Figura 2 - Área sobreposta das comunidades quilombolas para a expansão do CLA

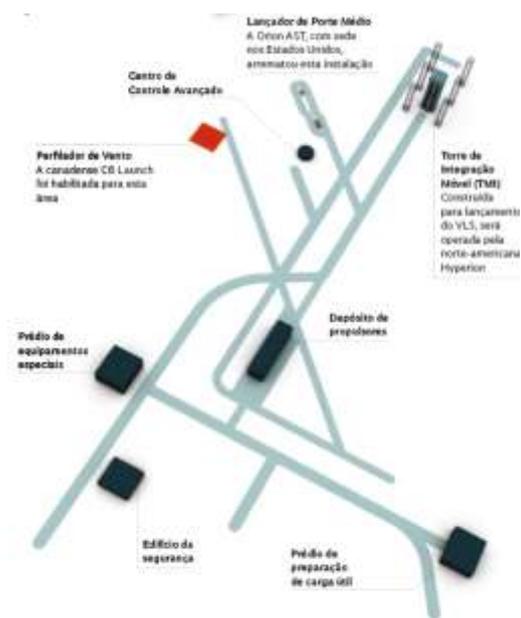


Fonte: Andrade et. al., 2018.

Figura 3 - Espacialização das estruturas do complexo do CLA



Figura 4 - Estruturas técnicas da Base



Fonte: AEB – Agência Espacial Brasileira, 2012.

A operação significaria a necessidade de reassentamento de outras comunidades quilombolas, o que expressa os choques entre as verticalidades impostas pelo capital/Estado brasileiro e as horizontalidades firmadas pela resistência das comunidades em seus territórios. Contudo, é importante destacar que no primeiro conjunto de reassentamentos já houve diversos confrontos, entre eles que em 1989 já estava em operação o Centro de Lançamento, como discorre Leão (2019, p. 14). Todavia, apenas em 1991 o Estado brasileiro decreta a desapropriação das comunidades.

A primeira operação do CLA ocorreu em dezembro de 1989, quando foram lançados dezessete foguetes – quinze SBAT-70 e dois SBAT-152. Inúmeras operações foram realizadas desde então. Em março de 2018, o CLA realizou sua centésima operação, alcançando um total de 479 foguetes lançados. Tendo sua operacionalidade ratificada por diversos lançamentos, o CLA destaca-se entre os centros existentes ao redor do mundo devido à sua posição geográfica estratégica e privilegiada. Sua localização, apenas 2°18' ao sul da Linha do Equador, constitui sua principal vantagem para os lançamentos em órbita equatorial, implicando mais facilidades nas operações e consequente redução de custos das atividades espaciais, além de permitir o lançamento seguro para os veículos espaciais (Leão, 2019, p. 13).

O processo de chegada e fixação do complexo do Centro de Lançamento atravessou as comunidades rurais de Alcântara, destrocando os territórios e as territorialidades (modo de vida, cultura, religiosidades e outros). Tais sobreposições redefinem os usos do território e, assim, “as porções de território ocupadas pelo homem vão desigualmente mudando de natureza e de composição, exigindo uma nova definição. As noções de espaço habitado como de terra habitada vão brutalmente alterando-se depois da Revolução Industrial” (Santos, 1988, p. 15).

Sobre o ponto de vista do planejamento institucional do Estado brasileiro, o CLA desempenha um papel emergente, “tendo em vista que o mercado de lançamento de satélites movimenta bilhões de dólares anualmente” (Andrade *et al.* 2018, p. 21). Contudo, é importante salientar que o Centro tem também seus pontos de tensão, além do choque direto com as comunidades tradicionais residentes no território, a infraestrutura e o sistema técnico que se instala no local tem suas dificuldades (Quadro 1).

Assim, lançamos mão de uma das principais ferramentas de planejamento estratégico, a matriz SWOT⁴ para compreender o conjunto técnico do projeto e seus

⁴ A matriz ou análise SWOT é uma ferramenta que permite a análise de cenários e avalia os ambientes interno e externo da instituição ou empresa em questão, com foco em quatro dimensões: forças, fraquezas, ameaças e oportunidades. A sigla SWOT advém do nome de cada dimensão, em inglês: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) (Andrade *et al.*, 2018, p. 21).

principais choques, haja vista que a “construção, destruição, manutenção e transformação. [...] É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve” (Oliveira, 1988, p. 2).

Quadro 1 - Análise das potencialidades do CLA por meio da matriz SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">✓ Localização próxima à Linha do Equador;✓ Mais segurança para a realização de lançamentos em uma ampla faixa de azimutes⁵;✓ Maior capacidade de satelização⁶;✓ Baixa densidade populacional na região;✓ Condições climáticas favoráveis.	<ul style="list-style-type: none">✓ Dificuldade em acessar e desenvolver tecnologias espaciais;✓ Baixo orçamento destinado ao programa espacial nacional;✓ Pouco interesse da opinião pública nacional frente ao programa espacial;✓ Falta de parcerias com o setor privado.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">✓ Projetos de cooperação com outros países e organismos internacionais;✓ Mercado bilionário de lançamento de satélites.✓ Crescente mercado de microssatélites;✓ Potencial de comercialização do CLA;✓ Geração de empregos diretos e indiretos.	<ul style="list-style-type: none">✓ Dificuldades para aprovação de projetos de cooperação no Congresso Nacional;✓ Linha tênue entre comercialização do CLA e manutenção da soberania nacional;✓ Possíveis interferências estrangeiras desestimulando o desenvolvimento de tecnologia nacional;✓ Questões fundiárias na região de Alcântara.

Fonte: AEB – Agência Espacial Brasileira, 2012; SAI, 2017; Andrade, *et al.*, 2018; Leão, 2019.

Destacamos três pontos do conjunto apresentado na matriz: um na categoria Força, o qual desconsidera a história do município e as 110 comunidades quilombolas (INCRA, 2008); Outros dois pontos estão na esfera das Ameaças, sendo o primeiro a perda da soberania nacional - reflexo das ações do capital internacional (economias de países “soberanos” nas decisões e imposições) sobre os espaços nacionais dos ditos países subdesenvolvidos, cenário de “erosão da soberania nacional” (Santos, 2006, p. 164). Já o segundo ponto é a - questão fundiária - a qual tem desencadeado um conjunto de conflitos e enfrentamentos entre o Estado brasileiro e as comunidades. “O Estado brasileiro atuou na moldagem atual [...], todo um padrão de acumulação que envolve tecnologias, sistema financeiro, organização institucional e infraestruturas” (Favareto *et al.*, 2019, p. 357).

⁵ Azimute é uma medida de abertura angular horizontal, definida em graus. Variando entre 0° e 360°, tal medida é realizada em quatro quadrantes, em sentido horário (Leão, 2019, p. 15).

⁶ Por maior capacidade de satelização, entende-se um aumento na massa satelizável, ou seja, que pode ser colocada em órbita.

Concentração e centralização da economia e do poder político, cultura de massa, cientificização da burocracia, centralização agravada das decisões e da informação, tudo isso forma a base de um acirramento das desigualdades entre países e entre classes sociais, assim como da opressão e desintegração do indivíduo (Santos, 1988, p. 07).

Sobre essa conjuntura, a trajetória do CLA é marcada de altos e baixos, tendo em vista o processo de “experimentação” do Estado brasileiro na área espacial (Figura 5). Para consolidação do Centro, vários acordos de cooperação já foram arrojados, processo que fragiliza a soberania brasileira e é conjurado pelo liberalismo ao destina recurso para arcar com a infraestrutura a ser utilizada por empresas, grupos internacionais ou até outras nações. Processo típico do sistema capitalista, pois “esse capital constante fixo ou localizado chega, aliás, a toda parte” (Santos, 1988, p. 16).

Figura 5 - Fatores marcantes do CLA (1983 - 2021) – realização de mais de 500 lançamentos espaciais e um grande acidente⁷



Fonte: AEB – Agência Espacial Brasileira, 2012; Zaparolli, 2021.

⁷ Em 22 de agosto de 2003, quando o foguete VLS-1 V03 estava sendo preparado para a terceira tentativa, ocorreu um acidente de grandes proporções dias antes da data prevista para o lançamento. Durante as atividades da Operação São Luís, houve uma ignição acidental do primeiro estágio do foguete, causando um grande incêndio na plataforma de integração e o óbito de 21 técnicos brasileiros, bem como a destruição do foguete, dos dois satélites a bordo – Satélite Tecnológico (SATEC) e UNOSAT – e de estruturas da plataforma de lançamento. A fim de compreender as causas do acidente, foi formada uma comissão de militares, pesquisadores e representantes da comunidade científica e das famílias das vítimas. Apesar dos esforços de apuração, o relatório final da investigação, apresentado em 2004, não pôde confirmar, com precisão, nenhuma das hipóteses levantadas para o ocorrido (Andrade *et. al.*, 2018, p. 21).

A síntese da trilha histórica do CLA reforça o projeto capitalista neoliberal firmado pelos governos brasileiros ao longo de mais de 40 anos, uma das facetas do sistema capitalista moderno que viabiliza a internacionalização do capital sob os territórios tradicionais, cedendo espaço para processos macroeconômicos se estabelecerem, os quais desconsidera as singularidades socioespaciais, socioterritoriais, socioeconômicas e ambientais locais. Sobre esta questão, Santos (2000) esclarece que:

Havia, com o imperialismo, diversos motores, cada qual com sua força e alcance próprios: o motor francês, o motor inglês, o motor alemão, o motor português, o belga, o espanhol etc., que eram todos motores do capitalismo, mas empurravam as máquinas e os homens segundo ritmos diferentes, modalidades diferentes, combinações diferentes. Hoje haveria um motor único que é, exatamente, a mencionada mais-valia universal (Santos, 2000, p. 14).

Ainda nesse sentido, compreendemos como a economia global se volta às readaptações das dinâmicas, a serviço do mercado, processo que é intensamente ratificado pelas ações do Estado em Alcântara, o qual tenta impor seus mandos e é confrontado pelos comunitários, haja vista os conflitos, confrontos e as resistências dos camponeses contra as investidas de tomada total do território para expansão do Centro de lançamento. Esse motor único nos remete ao carrossel de giro econômico mundial, que deturpa as tradicionalidades socioespaciais utilizando-se de inverdades da noção de um país único.

Nesse sentido, Santos (2000) considera que:

Aldeia global tanto quanto espaço-tempo contraído permitiriam imaginar a realização do sonho de um mundo só, já que, pelas mãos do mercado global, coisas, relações dinheiras, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo, de séculos houvessem sido todas esgarçadas. Tudo seria conduzido e, ao mesmo tempo, homogeneizado pelo mercado global regulador (Santos, 2000, p. 21).

Entretanto, o processo de aldeamento não se constitui através da homogeneidade, ou seja, configurando-se em uma relação baseada na dualidade que compõe a luta de classes, visto que as condições desiguais entre as classes as classifica/divide em dos grupos: de um lado a burguesia, classe hegemônica assegurada pelas elites e impérios financeiros – “*elites económicas y a las clases dominantes*” (Harvey, 2007, p. 20), em Alcântara representado pelo Estado brasileiro, que promovem e patrocinam as desigualdades; e, do outro lado, os proletários, os quais Souza (2017, p. 52) denominou de “classes estigmatizadas, humilhadas e perseguidas”, ou seja, colocadas à marginalidade, que são desassistidas, que habitam na obscuridade da sociedade burguesa, mas que, perante os ataques do capital, resistem e fazem o enfrentamento dual e dialético.

Choques de tempos da fronteira em “terras de santo”: emaranhado de conflitos – Maranhão - Alcântara

No que diz respeito aos conflitos, compreendemos que estão pautados na disputa de ideias e na discordância dos eventos entre duas pessoas, atores/grupos sociais, etc. “O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História” (Martins, 1996, p. 27). Dito isto, o conflito só existe graças às relações de dualidades em que a dialética permite o pensar e agir distintos dentro de uma mesma sociedade, comportando-se no espaço-tempo. Nesse sentido, sobre conflitos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos fala que:

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão pública (CPT, 2016, p. 16).

Ainda sobre conflitos, verticalizaremos para falar, dessa vez, sobre conflitos por terras, uma vez que entendemos conflitos por terra como um efeito da ganância do capital, nos quais a insurgência do capitalismo afoga a vida e as tradicionalidades dos povos, pois “à medida que um desenvolvimento desigual e combinado em escala nacional e internacional relaciona, num caso concreto, uma espécie de sobre descontinuidade gerada por uma dominância de fora com as vicissitudes da acumulação local” (Velho, 2009, p. 10).

Nesse sentido, as conflitualidades por terra derivam do mercado covarde do agronegócio e o modelo de país agroexportador; com essa prerrogativa, vidas são perdidas no campo em nome do agronegócio e da instauração de um setor agrícola potente. Existe, todavia, a resistência campesina que luta no enfrentamento a essas ações, assegurando a CPT (2016) que:

Conflitos por Terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaquais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc. (CPT, 2016, p. 16).

O conflito, assim como já ressaltado, é parte da dinâmica excludente da luta de classes do “sistema capitalista global articulado aos interesses do capital industrial e financeiro com a mediação do Estado, isto é, na “mundialização”[...]” (Backer; Miranda;

Machado 1990, p. 16) e é inerente a vida em sociedade, uma vez que as complexas relações que são desenvolvidas nela fazem com que nos deparemos com coerências em que diferentes indivíduos almejam bens que não podem ser co-utilizados por estes. Até mesmo se esta possibilidade vigorasse, a cobiça do mais forte não abriria caminhos a mutual utilização do recurso, em nosso caso, a terra.

Conflito, assim entendido, é a satisfação existente entre duas ou mais pessoas ou grupo, caracterizada pela pretensão a um bem ou situação da vida e impossibilidade de obtê-lo – seja porque negada por quem poderia dá-lo, seja porque a lei impõe que só possa ser obtido por via judicial. Essa situação recebe tal denominação porque significa sempre o choque entre dois ou mais sujeitos, como cauda da necessidade do uso do processo (Dinamarco, 2013, p. 121).

A busca pelo dito desenvolvimento capitalista empreendido pelos homens é ilimitada. “desencontro de perspectivas é, nesse caso, essencialmente expressão da contraditória diversidade da fronteira [...], diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e, ao mesmo tempo, contemporâneos” (Martins, 1996, p. 30). Em contrapartida a esse cenário, os bens de base são limitados. É nesta dualidade que surgem conflitos entre dois interesses, quando a situação favorável à satisfação de uma necessidade exclui a situação favorável à satisfação de uma necessidade distinta. No mesmo sentido aduz Alvim (2018, p. 5):

Como os bens são limitados, ao contrário das necessidades humanas, que são ilimitadas, surge entre os homens, relativamente a determinado bem, choques de forças que caracterizam um conflito de interesse, sendo esses conflitos inevitáveis no meio social.

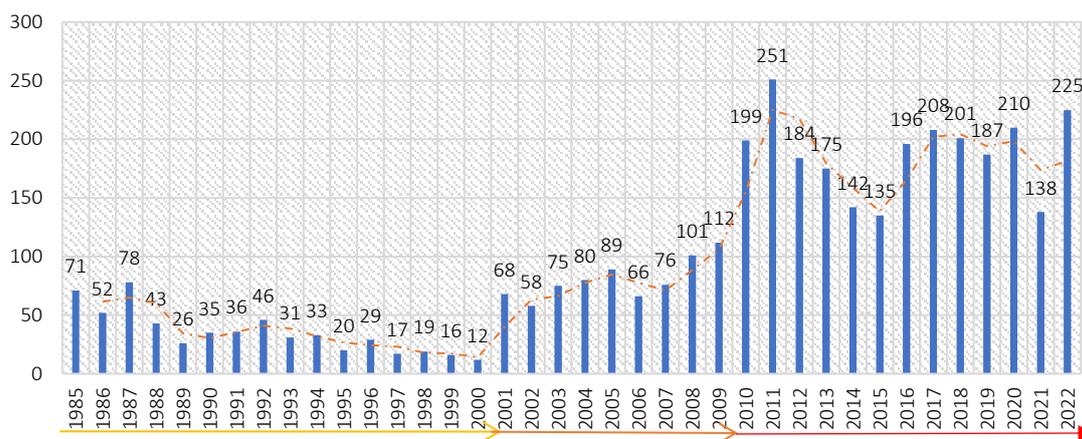
Ocorre um conflito entre dois interesses, quando a posição ou situação favorável à satisfação de uma necessidade exclui ou limita a posição ou situação favorável à satisfação de outra necessidade (Alvim, 2018, p.5).

Essa dualidade de interesses e contrapontos do capitalismo no campo é representada em números compilados ano a ano pela CPT em seus cadernos de conflitos, dados que mostram as disputas e mazelas no campo, ou seja, raízes do capital sob os territórios, apresentando assim noções de relação e tempos diferenciados nos processos e formas de ocupação territorial, bem como dos propósitos de uso do solo e suas nuanças.

O Estado do Maranhão está presente nesses dados desde o primeiro ano de coleta em 1985 (Gráfico 1), contudo, o Estado conta com três dimensões de conflitos, onde de 1985 a 2000 temos baixos índices de ocorrência. É importante ressaltar que nesse período houve a estruturação de políticas agrária e as promessas de uma reforma estrutural. No segundo conjunto, de 2001 a 2009, período que compreende os governos do presidente

Luiz Inácio Lula da Silva (PT), os movimentos sociais mantiveram um diálogo geopolítico e conseguiram a consolidação de políticas como a de criação de assentamentos rurais, do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entre outras conquistas.

Gráfico 1 - Evolução dos conflitos pela terra no Maranhão entre 1985⁸ e 2022



Fonte: CPT, série histórica, cadernos de conflitos no campo Brasil de 1985 a 2022.

Org.: Autor, 2023.

No período e 2010 a 2021, as mudanças políticas e econômicas no campo e, principalmente, os investimentos governamentais na expansão da fronteira agrícola e inserção de grandes projetos de desenvolvimento, os quais acirraram os conflitos no campo, “produto concreto da luta de classes travada na sociedade no processo de produção da sua existência” (Oliveira, 1999). Em destaque ao decreto nº 8.447 de 06 de maio de 2015, assinado pela então presidente Dilma Rousseff (PT) que instituiu o plano de desenvolvimento agropecuário do MATOPIBA e a criação de seu comitê gestor, política de incentivo a expansão da produção de grãos nas áreas do Cerrado (Brasil, 2015).

O acirramento dos conflitos no campo no estado do Maranhão são reflexos das políticas desenvolvimentistas empregadas no território, onde “os conflitos fundiários e trabalhistas são a face mais conhecida” (Favareto *et al.*, 2019, p. 371).

⁸ Ano de lançamento do primeiro Caderno de Conflitos da CPT Brasil, onde são registradas as ocorrências de conflitos agrários, ameaças a trabalhadores rurais, expulsões e mortes no campo.

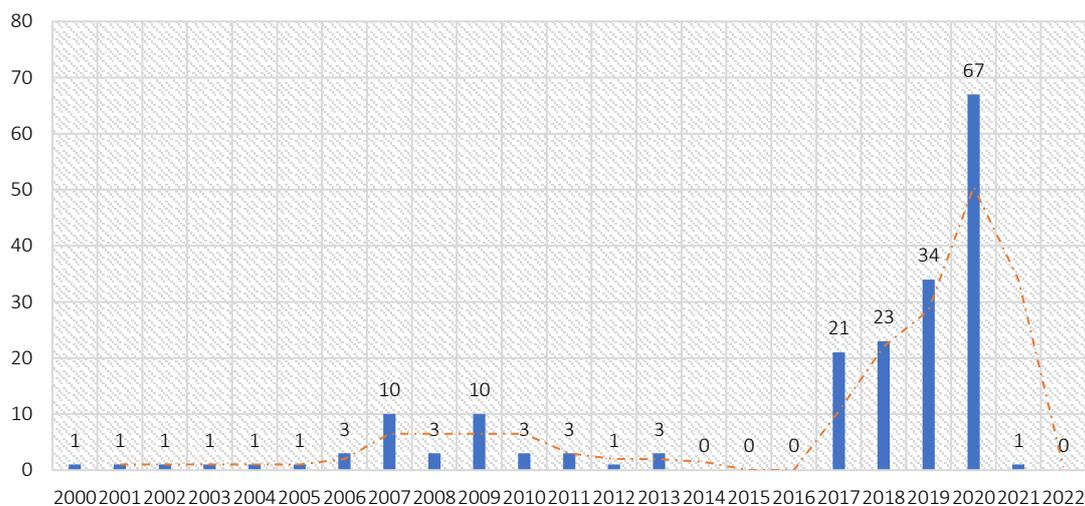
Assim, lutar no território continua sendo uma ação cotidiana, ainda que estejam em uma etapa superior do processo de territorialização, considerando que “a luta pela terra, é mais do que uma luta por terra. É luta pela possibilidade de existência, territorialização das relações camponesas e de solapamento de uma ordem social regida pelo capital” (Fabrini, 2002, p. 282).

No município de Alcântara, o conflito também é pela permanência e continuidade do modo de vida tradicional camponês, haja vista que o Estado brasileiro, traçando seu processo sistêmico de modernização territorial, impôs seus mandos sobre as comunidades locais e suas territorialidades, redefinindo os usos do território e sobrepondo o espaço habitado ancestralmente, sendo, assim, o Estado o ator preposto do capitalismo para o território alcantareense. “O Estado, quando lembrado, aparece associado à ineficiência em prover a infraestrutura adequada à redução de custos e a estabilidade necessária aos investimentos privados” (Favareto *et al.*, 2019, p. 374).

Nesse cenário é importante refletirmos sobre as resistências e articulações dos camponeses pela permanência no território. Essa resistência é feita via enfrentamento que geram e são registrados como conflitos nos dados da CPT, em seus cadernos anuais, os quais vêm registrando, há mais de 20 anos, os embates entre os camponeses e o Estado brasileiro, como já ressaltamos anteriormente, ambos com propósitos e tempos diferentes nos usos do território. “O Estado cria condições para a apropriação privada das terras [...] por segmentos da sociedade que detêm o capital e a capacidade de organização considerados necessários à efetivação da rápida ocupação” (Backer; Miranda; Machado 1990, p. 17).

Alcântara registra conflitos há dezenas de anos, *a priori* com menos intensidade nos registros, haja vista as expulsões veladas e a força do Estado. Contudo, nos últimos seis anos os dados mostram (Gráfico 2) que com as novas ameaças de tomada dos territórios ancestrais no município, tendo em conta uma possível expansão do Centro de Lançamento, acarretaram a articulação das comunidades para enfrentar tal investida do capital.

Gráfico 2 - Evolução dos conflitos pela terra em Alcântara – MA 2000⁹ e 2022



Fonte: CPT, série histórica, cadernos de conflitos no campo Brasil de 2021 a 2023.

Org.: Autor, 2023.

No panorama atual, isto implica perceber os camponeses de Alcântara articulados em um movimento social camponês, como expressão dessas relações de poder especializadas, numa espécie de contraponto ou contrapoder institucionalizado, expressão contraditória e conflituosa frente a um projeto de desenvolvimento territorial com base na centralização do Estado, com a expropriação da classe camponesa das “terras de preto” – espaços ancestrais de vivência e práticas religiosas – e na apropriação/privatização do espaço simbólico-cultural. Nesse sentido, Fabrini (2011) contribui para este entendimento estabelecendo uma relação entre movimentos sociais e território:

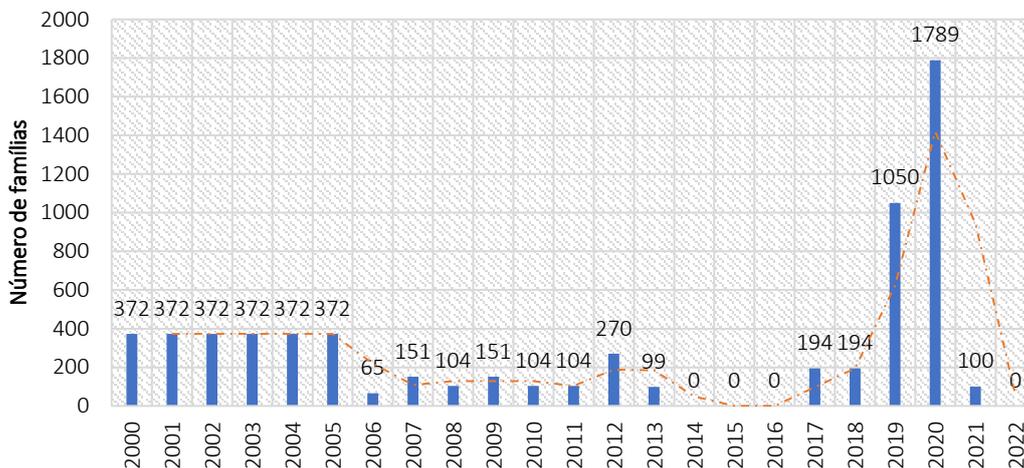
Movimentos sociais e território são categorias que se identificam, pois ambas estão à contramão de decisões centralizadas de cúpulas estatais, partidárias ou empresariais. Tais categorias estão relacionadas a uma ordenação social construída de “baixo para cima”, em que a sociedade civil organizada assume poder sobre o espaço. Portanto, possuem uma dimensão política construída a partir da base – base esta que se constitui no centro de comando na tomada das decisões (Fabrini, 2011, p. 103).

Os dados da CPT também expressam o número de famílias camponesas envolvidas nos conflitos (Gráfico 3), as quais fazem da terra e seus atributos sua principal forma de produção e manutenção da renda familiar – plantar, colher, caçar, coletar são formas utilizadas pelas famílias em Alcântara, isto “perpetuando na memória social o seu

⁹ Primeiro Caderno de Conflitos da CPT, a apresentar registro de conflitos do município de Alcântara.

papel histórico. [...] forças sociais envolvidas, as quais podem ter origem bastante remota e transcendente em relação à própria área” (Velho, 2009, p. 35).

Gráfico 3 - Número de famílias envolvidas nos conflitos pela terra em Alcântara – MA 2000¹⁰ e 2022



Fonte: CPT, série histórica, cadernos de conflitos no campo Brasil de 2021 a 2023.

Org.: Autor, 2023.

Reiteramos que a família é a base do campesinato e nela estão contidas todas as relações sociais e econômicas para a vivência e sobrevivência. Assim, dá-se a dinâmica do papel do grupo no conflito, sendo toda a família parte integrante da comissão de frente contra os mandos do Estado sob os territórios. “Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade” (Marx, 1978, p.114).

Havia um “modo de produção doméstico”, distinto do escravismo, feudalismo e capitalismo. Seu modo partia do grupo doméstico individual, cujo objetivo básico seria garantir a satisfação de suas necessidades, e não a realização do lucro, razão pela qual o campesinato não deveria ser considerado como uma forma de capitalismo incipiente, o núcleo de sua teoria está no princípio subjetivo do equilíbrio entre necessidades e subsistência e rejeição do trabalho manual além de determinado limite [...] (Woortmann, 2014, p. 231).

Deste modo, o emaranhado de conflitos que envolvem o município de Alcântara são ressonâncias das políticas desenvolvimentistas impostas sob os territórios tradicionais

¹⁰ Primeiro Cadernos de Conflitos da CPT Brasil, onde são registradas as ocorrências de conflitos agrários no município de Alcântara. Asseveramos que os conflitos já existiam no município, contudo a CPT teve sua metodologia modificada, passado a partir do ano 2000 a apresentar os dados por município.

sem consentimento das comunidades, sendo esses choques de tempos e modos de vida a supressão do espaço habitado, o qual é esmagado pelo Estado/capitalismo e seu conjunto técnico de planejamento dês planejado, que arrasta uma fronteira invisível com tempos e modos distintos que sobrepondo-se a famílias, culturas e territorialidades.

Considerações finais

As modernizações e os conflitos territoriais que envolvem as ações do Estado capitalista sob as comunidades tradicionais do município de Alcântara – MA são compreendidas sobre a dinâmica das verticalidades e horizontalidades e é por esse trilha que o trabalho apresentou as relações duais entre o par dialético no percurso histórico das disputas por território, o qual também é político e social, uma vez que há a redefinição dos usos de uma ordem territorial dinâmica e funcional, que se materializa segundo os pressupostos financeiros dos mandos do sistema capitalista nacional e mundial.

As ocorrências de conflitos territoriais envoltos às relações desiguais no processo de verticalização dos interesses do capital sob Alcântara, demonstrando o que vem sendo uma política de confrontos onde o capital sobrepõe-se ao viver, o qual encunha-se rasgando territórios há décadas ocupados por centenas de famílias, cenário construído como ressonância das políticas desenvolvimentistas acunhadas pelo Estado brasileiro com ações que implicam na vida dos camponeses locais que disputam o território frente as ações do capital.

Identificamos que os conflitos agrários, registrados pela CPT em suas publicações, apresentam uma porção das realidades de vida dos camponeses, os quais têm passado por inúmeras mazelas ocasionadas pelas situações que lhes são impostas, pois estão nas áreas que, com ações pensadas e sobrepostas de cima para baixo, compreendem o CLA, o qual continua a ampliar seus tentáculos sobre novos territórios, tensionando os embates.

Contudo, há resistência, fruto de lutas sociais dos camponeses, mesmo em meio ao desrespeito e descaso do Estado com essa população, que é abandonada e negligência, gerando ainda mais fragilidades e instabilidade socioterritoriais.

Assim, conclui-se que as distintas visões e ações para o uso do território alcantareense gera conflitos, reflexos dos danos sociais, ambientais e da concentração fundiária, tal qual a sujeição dos camponeses aos esquemas modernizadores encunhados

pelo Estado sob as comunidades em face da expansão e consolidação do CLA em uma área ancestralmente ocupada pelas comunidades, processo que esboça os conflitos que também emergem em razão do encontro de culturas e tempos diferentes, pois os valores culturais etnocêntricos são portadores da ideologia da modernização do Estado, que se contrapõem aos das estruturas socioculturais preexistentes na região - quilombolas.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) pelo incentivo e investimentos no ensino, pesquisa e extensão.

Referências

AEB – Agência Espacial Brasileira. **Programa Nacional de Atividades Espaciais 2012-2021**. Brasília: MCTIC, 2012. Disponível em: <http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/PNAE-Portugues.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

ALVIM, J. E. C. **Teoria geral do processo**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2018.

ANDRADE, I. de O.; CRUZ, R. L. V.; HILLEBRAND, G. R. L.; SOARES, M. A. **O centro de lançamento de Alcântara: abertura para o mercado internacional de satélites e salvaguardas para a soberania nacional**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

BACKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: UNB/UFRJ, 1990.

BOMBARDI, L. M. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. In FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

BOZZANO, H. **Territorios posibles: procesos, lugares y actores**. 3. ed. Buenos Aires: Lumiere, 2017.

BRAGA, Y. M. R. O. **Território étnico: conflitos territoriais em Alcântara, Maranhão**. (Dissertação). Universidade do Vale do Paraíba. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 88.136, de 1º de março de 1983**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88136-1-marco-1983-438606-norma-pe.html> Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. **Edital de Regularização das Terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de Alcântara.** Publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo de Alcântara. Diário Oficial da União, Seção 3, 2004, p. 125 a 127. Disponível em: <http://goo.gl/jWFPkQ>. Acesso em: 3 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. **Carta de serviços:** Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). 2016. Disponível em: https://cla.dcta.mil.br/images/pdf/cartilha_cla_2016.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. Força Aérea Brasileira. **Centro de Lançamento de Alcântara:** implantação. Departamento de ciência e tecnologia aeroespacial. 2023. Disponível em: <https://cla.dcta.mil.br/index.php/implantacao> Acesso em: 21 jun. 2023.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2015.** Goiânia, 2016. Disponível em: www.cptnacional.org.br Acesso em: 5 jun. 2023.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Ocorrência de Conflito por Terra. Serie: 1985 a 2022.** Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br> Acesso em: 30 maio 2023.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Ocorrência de Conflito por Terra. Serie: 2000 a 2022.** Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br> Acesso em: 30 maio 2023.

DINAMARCO, C. R. **Instituições de direito processual civil.** 7. ed., v. 1. São Paulo: Malheiros, 2013.

FABRINI, J. E. **Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Centro-Oeste /PR Enquanto Território de Resistência Camponesa.** Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, Presidente Prudente. 2002. 205 p.

FABRINI, J. E. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da Anpege**, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5418/RA2011.0707.0007>

FAVARETO, A. *et. al.* Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba. Presidente Prudente, **Rev. NERA**, v. 22, n. 47, Dossiê – 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6275> Acesso em: 30 maio 2023. DOI: <https://doi.org/10.47946/nera.v0i47.6275>

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** 2013. 2 vol. Tese (livre-docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

HARVEY, D. **Breve historia del Neoliberalismo.** Madrid: Ed. Akal, 2007.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Regularização das Terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de Alcântara**. Diário Oficial da União: seção 3, Brasília, DF, p. 125-127, 5 nov. 2008. Disponível em: <http://goo.gl/jWFPkQ>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LEÃO, R. **O centro de lançamento de Alcântara e as possibilidades de ganhos comerciais e estratégicos para o Brasil**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea. 2019.
DOI: <https://doi.org/10.38116/radar60/centrolancamento>

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n.12, 2008.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Revista Tempo Social**, São Paulo, 8(1): 25-70, maio 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141> Acesso em: 27 maio 2023.
DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>

MARX, K. “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.” *In*: Marx, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos**: seleção de textos de José Arthur Giannotti. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MENEZES, D. H. L. A crise estrutural do capital, políticas sociais e serviço social. *In*: LEITE, J. L.; ANDREAZZI, M. de F. S. de; MENEZES, D. H. L. **Lutas sociais, política social e Serviço Social**. Vol. 6. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia crítica a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOTTA, C. M. da. Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva, em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo (Resenha). **Lutas Sociais**, n.; 19/20, 2008, p. 210–212. <https://doi.org/10.23925/ls.v0i19/20.18763>

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. *In*: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. Coleção Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

ROSSI, R. Materialismo histórico dialético e educação do campo. **OKARA: Geografia em debate**, v. 8, n.2, p. 249-270, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/19198> Acesso em: 13 jun. 2023.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. O papel ativo da geografia. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 103-109, 2000.

SANTOS, M. *et. al.* O Papel Ativo da Geografia um Manifesto. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., Florianópolis, 2000. **Anais...** Florianópolis, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 6. ed. São Paulo–SP: EDUSP, 2011.

SOUZA, G. L. de. Dialética e Educação - Dialética e Violência - Dialética e Felicidade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)**, 2011. DOI: <https://doi.org/10.26512/resafe.v0i1.3783>.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 172p. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788599662915>

WOORTMANN, K. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. *In*: CARVALHO, H. M. (org.). **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ZAPAROLLI, D. Pronto para decolagem: a base de Alcântara deverá realizar seus primeiros lançamentos orbitais em 2022, após quase 40 anos de sua criação. **Revista Pesquisa FAPESP**. Ed. 307. set. 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/pronto-para-decolagem/> Acesso em: 21 jun. 2023.

Recebido em 20/03/2024.

Aceito para publicação em 20/06/2024